

O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE*

*Miriam De Toni***

*Alejandro Kuajara Arandia****

*Carlos Henrique Horn*****

*Irene Maria Sassi Galeazzi******

*Marilene Dias Bandeira******

*Roberto da Silva Wiltgen****

Introdução

A crise econômica brasileira, que já ultrapassa a marca de uma década, mostrou ser crucial o exame de seus impactos negativos sobre a sociedade e, primordialmente, sobre o mercado de trabalho, através do comportamento dos principais indicadores econômicos e sociais, uma vez que as condições de vida da população estão estreitamente associadas ao nível e às características do emprego gerado na economia.

A par das discontinuidades registradas pelos diversos indicadores, nesse período de crise tem se convivido com uma brutal recessão econômica, retratada por baixos níveis de crescimento da ocupação, elevação das taxas de desemprego e contração nos níveis de rendimentos dos trabalhadores.

Nesse contexto, diversos órgãos, tanto da esfera pública quanto do setor privado, se preocuparam em criar, retomar e/ou aprimorar pesquisas que visassem coletar

* Os autores agradecem a colaboração dos estatísticos da Fundação SEADE que compõem a equipe da PED-SP, em particular a Nádya Pinheiro Dini, pelo auxílio na elaboração e na avaliação preliminar dos dados. Registram, também, o trabalho de Antonio Ricardo Belo e de técnicos da Divisão de Processamento de Dados da FEE na elaboração dos dados, bem como o de Wilson Villa, estatístico da PED-RMPA.

** Socióloga da FEE.

*** Economista da FEE.

**** Economista do DIEESE e Professor da UFRGS.

***** Socióloga do SINE-RS.

***** Estatística da FEE e Professora da UFRGS.

informações a respeito das condições de atividade (emprego e desemprego) e do rendimento da força de trabalho.¹

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, um avanço significativo nesse sentido foi dado através da implantação, pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), no início de 1992.² Tal pesquisa tem como objetivo primordial colocar à disposição da sociedade gaúcha, e em especial do poder público regional, informações representativas, confiáveis e atualizadas sobre o mercado de trabalho metropolitano, que possam dar conta da evolução conjuntural de seus principais indicadores — emprego, desemprego e rendimentos —, bem como identificar os grupos mais afetados pelas políticas sociais e econômicas implementadas pelo poder público, com o intuito de superar a crise.

A PED utiliza metodologia pioneira nessa área, desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em associação com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, no início da década de 80, tendo como objetivo superar a abordagem teórico-metodológica tradicional no tratamento das questões sobre o mercado de trabalho. Assim, propõe-se a ser uma referência alternativa à metodologia utilizada por organismos oficiais, cujo enfoque é mais apropriado para a realidade de países altamente industrializados, onde os problemas relativos à ocupação se encontram mais circunscritos às flutuações dos níveis de emprego e de desemprego aberto, associadas às fases do ciclo econômico.³

A abordagem teórico-metodológica da Pesquisa diferencia-se dos enfoques tradicionais adotados em pesquisas domiciliares de levantamento conjuntural do mercado de trabalho em vários aspectos:

¹ Pelo lado do setor governamental, cabe citar o Ministério do Trabalho, que retomou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei nº 4 923/65), em 1984, e facilitou o acesso aos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e a Fundação IBGE, que implantou, em 1980, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) nas principais regiões metropolitanas do País e implementou mudanças na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), visando obter informações mais desagregadas a nível dos estados da Federação. Na esfera do setor privado, houve melhoria e criação de novos levantamentos, especialmente por Federações da Indústria e do Comércio, tanto quanto por organismos da classe trabalhadora. Destaque especial deve ser dado ao DIEESE e à Fundação SEADE, de São Paulo, que, em conjunto, vêm desenvolvendo, desde 1984, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo.

² A PED-RMPA é executada pela FEE, mediante convênios com o DIEESE e a Fundação SEADE e, a nível local, com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social — Sistema Nacional de Emprego (FGTAS-SINE/RS).

³ Não cabe aqui discutir essa questão de modo aprofundado. Registre-se, todavia, que as transformações por que têm passado as economias altamente industrializadas, no período recente, decorrentes do processo de reestruturação industrial — sem deixar de mencionar as influências advindas da queda do Leste Europeu —, acarretaram mudanças profundas naquelas sociedades, colocando em questão a adequação da abordagem tradicionalmente utilizada em estudos acerca de seus mercados de trabalho.

- 1^ª) adota uma conceituação mais ampla do desemprego, não se restringindo ao desemprego aberto, buscando apreender as especificidades desse fenômeno em países como o Brasil, onde, não raro, o desemprego se encontra encoberto, dado que muitos indivíduos são compelidos ao exercício de atividades precárias enquanto buscam trabalho. Nesse sentido, além do desemprego aberto, investiga-se o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento;
- 2^ª) examina em profundidade as condições de ocupação, com o objetivo de captar a elevada heterogeneidade que caracteriza as formas de inserção dos trabalhadores em mercados de trabalho como o brasileiro, resultante da concentração e da excludência que têm acompanhado o desenvolvimento do capitalismo no País; e
- 3^ª) fixa o corte etário aos 10 anos de idade para a inclusão dos indivíduos na População em Idade Ativa (PIA), ao contrário de outras pesquisas de natureza semelhante que restringem esse contingente ao adotar o corte aos 15 anos de idade. Esse procedimento deve-se, mais uma vez, às características do mercado de trabalho brasileiro, onde o menor é pressionado a incorporar-se prematuramente à força de trabalho, devido, sobretudo, aos baixos níveis de remuneração de grande parte das famílias.⁴

Os resultados positivos da Pesquisa impulsionaram sua ampliação para outras regiões metropolitanas, tais como as de Salvador, Recife, Belém e Porto Alegre, e para o Distrito Federal, com o apoio dos Governos Estaduais e Federal.

Cabe aqui referir a especial relevância de que se revestem a investigação e o acompanhamento da evolução do comportamento do mercado de trabalho na RMPA. Isto porque, em que pese à importância do setor agrícola estadual, a população e a força de trabalho gaúchas, a exemplo do que ocorre no País, são predominantemente urbanas. Além disso, na sociedade capitalista urbano-industrial, é no *locus* urbano que ocorrem e se verificam os impactos mais profundos e mais imediatos dos movimentos desse sistema, sejam os de crise, sejam os de recuperação e crescimento.

A evolução do mercado de trabalho metropolitano pode ser considerada, assim, paradigmática para a análise dos reflexos da crise econômica sobre a população, no espaço regional mais amplo. Essa postura é reforçada pela representatividade econômica e demográfica da RMPA no contexto estadual, à medida que a Região Metropolitana abarca 33% da população do Estado e concentra a População Economicamente Ativa (PEA) urbana, isto é, nela se encontram 42% dos trabalhadores vinculados a atividades não-agrícolas.⁵ Em termos econômicos, os dados são ainda mais contundentes: em 1990, a Região respondia por 45% do PIB estadual, sendo que, no que tange ao PIB industrial, sua participação sobe para 53%.⁶

⁴ Uma apresentação da metodologia da PED, bem como uma discussão comparativa com outras metodologias, especialmente a adotada pela PME do IBGE, pode ser encontrada em Troyano et al (1985; 1985a) e em Dedecca, Ferreira (1989).

⁵ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, referentes ao ano de 1990.

⁶ Estimativas do Núcleo de Contas Regionais da FEE.

Com base nesse marco geral e a partir das informações da PED-RMPA, efetua-se, neste estudo, uma análise do mercado de trabalho metropolitano que retrata suas principais características no período recente.⁷

Em termos sucintos, os resultados da Pesquisa evidenciam a profunda deterioração das condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores da Região, o que configura o saldo negativo da crise prolongada que assola o País. Na realidade, o mercado de trabalho regional encontra-se em uma situação que, com matizes não muito diferentes, tipifica as grandes áreas metropolitanas do País.

Assim é que a inserção dos trabalhadores no mercado se dá de modo bastante heterogêneo e em situações que envolvem precariedade para boa parcela. De fato, ao mesmo tempo em que a PEA se insere majoritariamente por meio do assalariamento com carteira de trabalho assinada (38,0% da PEA é constituída por assalariados no setor privado com carteira assinada), convive-se com expressivo contingente de indivíduos cujos vínculos com o mercado de trabalho implicam precarização e/ou subutilização de sua força de trabalho. Esse é o caso dos assalariados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador (5,3%), dos trabalhadores autônomos (15,0%), dos empregados domésticos (5,4%) e dos próprios desempregados (13,9%), que também fazem parte da PEA.

Relativamente a estes últimos, chama atenção a elevada taxa de desemprego total (13,9%), condição em que se encontram nada menos do que 201 mil pessoas, sendo que, destas, 8,1% estão em situação de desemprego aberto e 5,8% no desemprego oculto.

A análise das características do mercado de trabalho regional é desenvolvida nas seções que seguem, que compreendem uma discussão sobre a participação da População em Idade Ativa no mercado de trabalho regional (seção 1), o exame das condições de ocupação e dos rendimentos dos ocupados (seções 2 e 3) e, por último (seção 4), a análise do desemprego e do perfil dos desempregados. Uma síntese dos principais resultados é aqui apresentada sob o título de Considerações Finais.

1 - A participação de grupos populacionais no mercado de trabalho da RMPA

A Região Metropolitana de Porto Alegre possui um contingente de 3.083 mil indivíduos residentes, estimando-se, a partir dos resultados da PED no período que se busca caracterizar (Tabela 1), uma População em Idade Ativa, isto é, de 10 anos e mais, de 2.486 mil pessoas. Esse contingente representa, aproximadamente, 33,8% da PIA estimada para o Rio Grande do Sul no ano de 1992.⁸

⁷ A PED é uma pesquisa domiciliar, com periodicidade mensal, que coleta dados sobre emprego, desemprego e rendimentos. É realizada em uma amostra de domicílios nos 22 municípios da RMPA. O presente estudo utiliza informações referentes ao período abr./92-mar./93, sendo que os dados utilizados representam a média daquele período.

⁸ As estimativas da população residente na RMPA e da População em Idade Ativa do Rio Grande do Sul foram elaboradas pelo Núcleo de Sistematização de Indicadores da FEE.

Tabela 1

Distribuição percentual da População em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa e dos inativos e taxas de participação, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr /92-mar /93

ATRIBUTOS PESSOAIS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA					TAXAS DE PARTICIPAÇÃO
	Total	População Economicamente Ativa			Inativos (10 anos e mais)	
		Total	Ocupados	Desempregados		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	58,1
Sexo						
Homens	47,7	58,8	59,8	52,1	32,3	71,6
Mulheres	52,3	41,2	40,2	47,9	67,7	45,8
Idade						
10 a 17 anos	19,7	7,5	5,5	20,0	36,7	22,3
18 a 24 anos	14,9	19,4	17,8	29,4	8,7	75,5
25 a 39 anos	31,9	43,3	44,5	35,3	16,2	78,8
40 anos e mais	33,5	29,8	32,2	15,3	38,4	51,9
Cor						
Branca	86,7	86,3	87,1	81,2	87,3	57,9
Não branca	13,3	13,7	12,9	18,8	12,7	59,9
Posição no domicílio						
Chefe	35,2	46,9	50,1	27,1	19,1	77,3
Cônjuge	25,9	21,3	21,5	19,8	32,2	47,9
Filho	30,9	24,5	21,3	44,3	39,7	46,2
Demais membros	8,0	7,3	7,1	8,8	9,0	52,9
Escolaridade						
Sem escolaridade	5,8	3,4	3,4	3,8	9,1	34,4
1º grau incompleto	59,3	48,2	46,6	58,2	65,2	50,6
1º grau completo	11,4	12,9	12,7	13,8	9,3	65,7
2º grau incompleto	5,5	6,1	5,9	7,5	4,7	64,2
2º grau completo	12,2	15,8	16,5	11,3	7,2	75,4
3º grau incompleto	3,8	5,0	5,4	3,1	2,0	77,6
3º grau completo	5,7	8,4	9,4	2,2	2,1	84,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGIAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Dessa população em idade de trabalhar, a maioria são mulheres — 1.301 mil (52,3%) —, enquanto o contingente masculino é de 1.185 mil indivíduos (47,7%). Na distribuição por faixa etária, 19,7% são jovens com idade entre 10 e 17 anos; 14,9% estão na faixa de 18 a 24 anos; 31,9%, na faixa de 25 a 39 anos; e 33,5% têm 40 anos ou mais. A expressiva maioria de 86,7% da PIA é de cor branca, enquanto a participação dos não brancos é de apenas 13,3%. Os chefes de domicílio constituem 35,2% dessa população, ou seja, são 876 mil pessoas. Os cônjuges representam 25,9%, e os filhos, 30,9%, enquanto os demais membros do domicílio são apenas 8,0%.⁹

⁹ As entrevistas da PED são realizadas em domicílios particulares, que servem de moradia para até três famílias conviventes ou cinco pessoas sem laços de parentesco, e domicílios coletivos não institucionais, nos quais residem seis pessoas ou mais sem relação de parentesco. Excluem-se da Pesquisa os domicílios coletivos institucionais, em que o relacionamento entre os moradores se restringe ao cumprimento de normas institucionalizadas para a convivência. O chefe do domicílio é o morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pelo domicílio.

O índice de escolarização da População em Idade Ativa na RMPA revela que 94,2% dos indivíduos têm alguma escolaridade. No entanto, quando examinada sua distribuição entre os diferentes graus de ensino, percebe-se que a trajetória escolar é reduzida — 55,3% da População em Idade Ativa declara estar cursando ou não ter concluído o 1º grau, ao passo que os jovens entre 10 e 17 anos, faixa etária em que se encontra a clientela normal de 1º e 2º graus, constituem 19,7% da PIA. Conforme se considerem níveis mais avançados de escolaridade, reduz-se sensivelmente o volume de indivíduos: aqueles que têm 1º grau completo constituem 11,4% da PIA, e os que têm 2º grau completo, 12,2%. Apenas 5,7% da População em Idade Ativa possui o 3º grau completo, percentual semelhante ao do grupo que não tem qualquer escolaridade (5,8%).

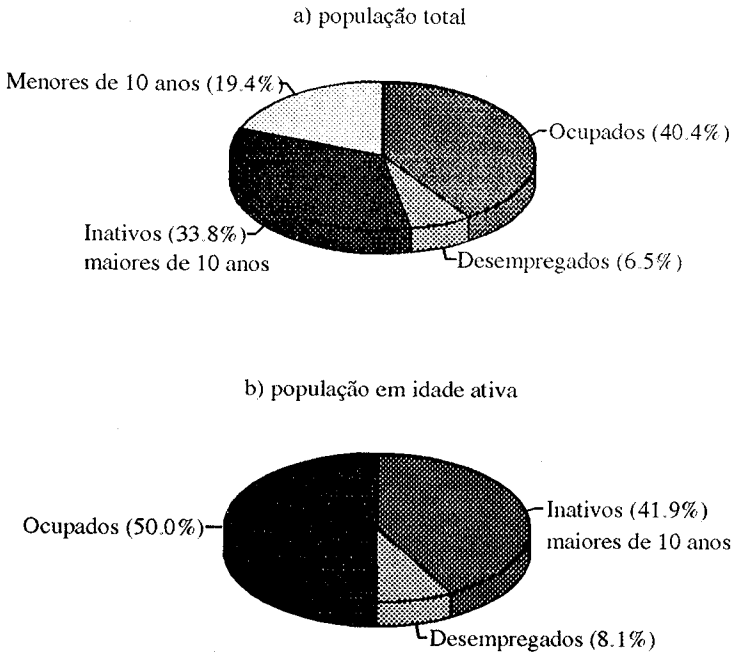
Do conjunto da PIA, 58,1% encontra-se na condição de economicamente ativos, fazendo parte de uma PEA estimada em 1.445 mil pessoas, das quais 1.244 mil estão ocupadas e 201 mil desempregadas. O Gráfico 1 ilustra a distribuição da PIA entre essas categorias, incluindo-se ainda os inativos. É bastante provável que, no período enfocado neste artigo, a taxa de participação da População em Idade Ativa no mercado de trabalho (relação PEA/PIA) se apresente deprimida, em face do prolongamento da conjuntura recessiva da economia brasileira.¹⁰

Sendo um conceito econômico e constituindo-se do conjunto das pessoas que se encontram efetivamente trabalhando ou à procura de trabalho, a População Economicamente Ativa apresenta um perfil diferenciado do da PIA, pois é determinado pela taxa de participação dos diferentes grupos populacionais. Alguns segmentos da População em Idade Ativa apresentam taxas bastante superiores aos 58,1% verificados para o seu conjunto. É o caso dos homens, cuja taxa atinge 71,6%, ao passo que a participação feminina fica em 45,8%. Por conseguinte, as mulheres, que são a maioria da população em idade de trabalhar, representam apenas 41,2% da PEA, em contrapartida à maior presença masculina no mercado de trabalho.

¹⁰ A PED-RMPA teve seus primeiros resultados divulgados em jun/92, não dispondo de indicadores para o período anterior a abril desse ano. Não obstante, utilizando-se os dados da PME do IBGE, referentes à Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1985-90, verifica-se que as taxas de participação da População em Idade Ativa, que nesse levantamento inclui os indivíduos com 15 anos e mais, oscilaram entre 62,6% e 63,5%. Em 1991, essa taxa reduziu-se a 61,8%, e, em 1992, a 60,5%. Importante indicador da disponibilidade de mão-de-obra, a taxa de participação expressa, também, conforme alguns estudos vêm mostrando, um mecanismo de ajuste do mercado de trabalho consubstanciado na evolução da PEA. Nesse sentido, o crescimento da PEA não é apenas uma variável demográfica, sendo determinado também pela conjuntura econômica. Assim, nos primeiros anos da década de 90, em que se assiste ao aprofundamento do processo recessivo na economia brasileira, os indicadores de desempenho do mercado de trabalho revelam aumento do desemprego, queda nos rendimentos reais, desaceleração do crescimento dos níveis de emprego, bem como retração da taxa de participação. O comportamento deste último indicador aponta a permanência na inatividade de um contingente populacional que, em momentos de melhora do nível de ocupação, pode ser mobilizado para o mercado de trabalho. A esse respeito, ver Dedecca (1990; 1990a).

GRÁFICO 1

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO TOTAL
E DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
NA RMPA — ABR/92-MAR/93**



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE, SEADE-SP e DIEESE.

Altas taxas de participação no mercado de trabalho são igualmente encontradas entre os indivíduos na faixa etária de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos (75,5% e 78,8% respectivamente). Já os indivíduos com 40 anos e mais e os jovens de 10 a 17 anos apresentam participações menores do que a média da população (51,9% e 22,3% respectivamente). Diante dessas diferenças, a distribuição da PEA por idade apresenta a seguinte configuração: os indivíduos na faixa de 25 a 39 anos passam a ser majoritários (43,3%), enquanto aqueles com 40 anos e mais, que na PIA compreendem o maior segmento, representam 29,8% da PEA, e os com 18 a 24 anos, 19,4%. Os jovens de 10 a 17 anos, dada sua reduzida taxa de participação, constituem o menor contingente na PEA (7,5%). Afora outras determinações, deve-se notar que a menor participação de pessoas jovens e idosas no mercado de trabalho se relaciona ao fato de que as primeiras se encontram em idade escolar, enquanto, entre as últimas, se incluem os indivíduos aposentados.

As taxas de participação de grupos populacionais definidos segundo a cor dos indivíduos revelam baixa dispersão em torno à média — a população branca tem taxa de 57,9%; e a não branca, de 59,9%. Com isso, a distribuição da PEA segundo esse atributo assemelha-se àquela observada na População em Idade Ativa.

Quanto à posição dos indivíduos no domicílio, observa-se que os chefes, via de regra com maiores responsabilidades pelo provimento do grupo familiar, têm uma participação elevada no mercado de trabalho, com taxa de 77,3%. Já os moradores que não ocupam a posição de chefe de domicílio apresentam taxas menores do que a verificada para o conjunto da população, sendo de 47,9% para os cônjuges, 46,2% para os filhos e 52,9% para os demais membros. Em função disso, o percentual dos chefes de domicílio na PEA (46,9%) eleva-se quando comparado à sua proporção no interior da PIA, ao passo que diminui o dos outros membros do domicílio — os filhos constituem 24,5% da PEA; os cônjuges, 21,3%; e os demais membros, 7,3%.

As diferentes taxas de participação de grupos populacionais no mercado de trabalho explicam-se, dentre outros fatores, pela maior ou menor pressão que cada grupo sofre para entrar no mercado, devido às necessidades individuais de sobrevivência, às responsabilidades com o provimento de outros grupos, a fatores culturais, e pela particular demanda do próprio mercado, a qual determina quão facilitado ou obstaculizado é o ingresso de cada segmento na força de trabalho.

Assim, por exemplo, é clara a correspondência entre a participação no mercado de trabalho e o nível educacional dos indivíduos. Conforme este aumenta, cresce a taxa de participação. De fato, os segmentos sem escolaridade e com 1º grau incompleto têm taxas reduzidas, menores do que a média, sendo de 34,4% e 50,6% respectivamente. Para os que têm 1º grau completo, a taxa de participação eleva-se a 65,7%, praticamente igual à dos indivíduos com 2º grau incompleto (64,2%). A participação cresce ao se considerar o 2º grau completo (75,4%) e o 3º grau incompleto (77,6%), chegando a 84,7% para os que têm 3º grau completo. O fato de as taxas de participação dos indivíduos com 1º grau completo ou 2º incompleto serem bastante próximas, o mesmo ocorrendo para os indivíduos com 2º grau completo ou 3º incompleto, é indicativo de uma certa valoração existente no mercado de trabalho, segundo a qual muito importa a conclusão de uma das grandes etapas do sistema educacional, ao passo que anos adicionais de estudo sem que se conclua o grau não implicariam maior presença no mercado.

Já que a escolaridade se constitui em atributo facilitador na competição no mercado de trabalho, pode-se afirmar que as decisões familiares ou individuais por mais anos de educação formal se vinculam à expectativa de resolução favorável da questão do trabalho e da renda. Essa expectativa parece comprovar-se, ao se observar a forma de inserção da população no mercado, se ocupada ou desempregada, em confronto com o grau de escolaridade. A distribuição da população ocupada comparada à distribuição da PEA mostra uma ampliação da proporção dos segmentos com maior nível de escolaridade.

Em complemento à PEA, estima-se que 1.041 mil indivíduos com 10 anos e mais se encontram na condição de inatividade, ou seja, não estão incorporados ao mercado de trabalho. Apenas duas faixas etárias concentram mais de dois terços dos inativos, a de 10 a 17 anos (36,7%) e a de 40 anos e mais (38,4%). Expressivo, também, é o contingente de mulheres, que representam 67,7% do total de inativos. Quanto à posição

dos indivíduos no domicílio, são os filhos que compõem a maior parcela dos inativos (39,7%), seguidos pelos cônjuges (32,2%). Já em relação à escolaridade, é marcante a presença de indivíduos com baixo índice de educação formal — 74,3% dos inativos ou não registram passagem pela escola, ou não chegaram a concluir o 1º grau.

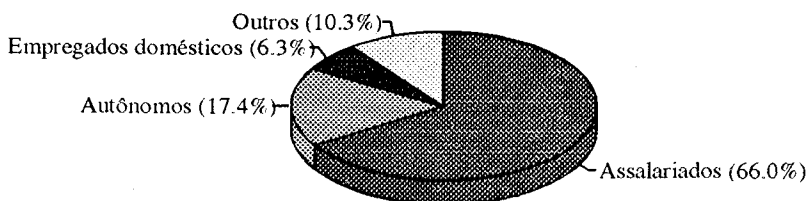
2 - O perfil da ocupação na RMPA

O contingente de ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre é de 1.244 mil pessoas, o que equivale a 86,1% da População Economicamente Ativa. Como a PEA representa 58,1% da População em Idade Ativa, segue-se daí que a metade desta se encontra na condição de ocupada no mercado de trabalho. Para uma população total de 3.083 mil pessoas, a taxa de dependência bruta na RMPA, medida pela relação entre o contingente populacional e o número de ocupados, é da ordem de 2,5, ou seja, a cada trabalhador ocupado corresponde, em média, 1,5 indivíduo que ou está desempregado, ou economicamente inativo.

A estrutura ocupacional da RMPA tem como característica mais evidente o elevado grau de assalariamento dos trabalhadores. Como pode ser observado no Gráfico 2, aproximadamente dois terços dos trabalhadores ocupados são assalariados. Em segundo plano, com participação expressiva, porém bem menor do que a dos assalariados, encontram-se os autônomos, que representam 17,4% dos ocupados. Os empregados domésticos constituem um contingente de 6,3% da força de trabalho, enquanto os restantes 10,3% se distribuem entre as demais categorias ocupacionais.

GRÁFICO 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMPA — ABR/92-MAR/93



2.1 - A distribuição dos ocupados por atributos pessoais

Ao se examinar a distribuição dos ocupados segundo os atributos pessoais dos trabalhadores, percebe-se que, em geral, as diferenças existentes entre o perfil da População em Idade Ativa e o da População Economicamente Ativa, descritas na seção anterior, tendem a ser reforçadas. Vale dizer, a inserção de um indivíduo no mercado de trabalho obedece a uma dinâmica própria desse mercado, do que resulta um perfil da PEA que privilegia certos traços pessoais, perfil este que se mostra ainda mais definido quando se trata de obter um posto de trabalho.

Assim, se as mulheres constituem a maior parte da população com 10 anos e mais de idade (52,3%), elas se tornam minoritárias na PEA (41,2%) e, mais ainda, entre os ocupados (40,2%). A contrapartida evidente é a de que os homens têm maior presença relativa no mercado de trabalho (58,8%) e se defrontam com menos dificuldades para obter uma ocupação, vindo a representarem 59,8% dos ocupados na RMPA.

Um ganho de participação também ocorre entre os indivíduos com idade entre 25 e 39 anos, que passam a representar 44,5% dos ocupados (43,3% da PEA e 31,9% da PIA). Já aqueles na faixa de 40 anos e mais, cuja parcela na PEA é menor do que na PIA, aumentam sua presença para 32,2% na distribuição dos ocupados. Com isso, os trabalhadores mais jovens, com idade entre 10 e 24 anos, que equivalem a 26,9% da PEA, reduzem sua participação entre os ocupados para 23,3%, indicando a existência de maiores obstáculos para conseguirem um posto de trabalho.

As modificações que ocorrem quando se examina o atributo cor merecem uma observação particular. A distribuição dos indivíduos de cor branca e de cor não branca é bastante semelhante ao se comparar a PIA, a PEA e a ocupação. O detalhe relevante é que, entre a PIA e a PEA, a parcela relativa dos indivíduos de cor não branca cresce, fruto de sua maior taxa de participação no mercado de trabalho, ao passo que, entre a PEA e a ocupação, se reduz sua presença. Traduzindo-se essas diferenças, pode-se afirmar que a maior taxa de participação dos indivíduos de cor não branca estaria a indicar uma maior pressão relativa para obter seu sustento no mercado de trabalho, diante da ausência de outros meios, porém essa busca apresenta maior probabilidade de se frustrar, sendo mais elevada a taxa de desemprego desses trabalhadores.

Quanto à posição dos indivíduos no domicílio em que residem, evidencia-se o crescimento da participação dos chefes, que constituem a metade dos ocupados (35,2% da PIA e 46,9% da PEA). Os cônjuges praticamente mantêm, entre os ocupados, a parcela que representam na PEA, havendo, contudo, redução da participação dos filhos e dos demais membros do domicílio.

Em relação ao grau de escolaridade dos indivíduos, o perfil da ocupação acentua as mudanças que ocorrem entre a PIA e a PEA no sentido de aumentar a participação dos indivíduos com maior número de anos de educação formal. Assim, por exemplo, os que têm 2º grau completo, cuja parcela é de 12,2% da PIA, crescem para 15,8% na PEA e para 16,5% entre os ocupados.

A Tabela 2, que apresenta a distribuição dos ocupados segundo os atributos pessoais, expõe essa mesma distribuição para categorias ocupacionais selecionadas.

Confrontando-se o perfil dos ocupados com o dos trabalhadores assalariados, observa-se que, entre estes, cresce a presença relativa dos homens, dos indivíduos mais jovens, dos que ocupam a posição de filho no domicílio de residência e daqueles que possuem grau de escolaridade mais elevado. Os autônomos, segunda maior categoria ocupacional na RMPA, também apresentam maior participação masculina; porém, ao contrário dos assalariados, constituem um grupo mais idoso, com forte presença dos chefes de domicílio e de indivíduos com menor grau de escolaridade.

Tabela 2

Distribuição percentual dos ocupados, segundo atributos pessoais e posição na ocupação no trabalho principal, na RMPA — abr./92-mar./93

ATRIBUTOS PESSOAIS	OCUPADOS	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
		Assalariados	Autônomos	Empregados Domésticos	Outros (1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo					
Homens	59,8	62,0	67,9	(2)	66,1
Mulheres	40,2	38,0	32,1	96,0	33,9
Idade					
10 a 17 anos	5,5	5,9	3,4	7,8	5,3
18 a 24 anos	17,8	21,1	10,1	15,8	10,6
25 a 39 anos	44,5	45,1	44,6	42,3	42,0
40 anos e mais	32,2	27,9	41,9	34,1	42,1
Cor					
Branca	87,1	87,0	87,9	72,3	95,6
Não branca	12,9	13,0	12,1	27,7	(2)
Posição no domicílio					
Chefe	50,0	49,7	59,3	19,8	54,8
Cônjuge	21,6	18,6	21,8	47,6	24,5
Filho	21,3	24,8	13,6	13,3	16,9
Demais membros	7,1	6,9	5,3	19,3	3,8
Escolaridade					
Sem escolaridade	3,4	2,4	5,4	10,4	(2)
1º grau incompleto	46,6	43,4	55,1	75,4	35,6
1º grau completo	12,7	13,1	13,2	8,8	11,8
2º grau incompleto	5,9	6,3	5,5	(2)	6,1
2º grau completo	16,5	18,0	14,1	(2)	19,5
3º grau incompleto	5,3	6,2	3,5	(2)	5,7
3º grau completo	9,4	10,3	3,0	(2)	19,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

2.2 - A estrutura ocupacional por categorias e setores de atividade

A distribuição dos trabalhadores entre as diferentes categorias ocupacionais, expressa na Tabela 3, aponta, como assinalado antes, uma elevada taxa de assalariamento da força de trabalho, sendo que, do total dos assalariados, mais de três quartos se empregam no setor privado. Dentre os assalariados no setor privado, 87,7% possuem carteira de trabalho assinada contra 12,3% que não têm esse registro. Já que a contratação no setor público, que representa pouco menos de um quarto dos assalariados, obedece, necessariamente, aos ditames legais, se ainda for levada em conta a parcela empregada no setor privado que possui registro em carteira, constata-se um alto índice de legalidade do emprego assalariado na RMPA, equivalente a 90,4% dos trabalhadores assalariados ou 59,6% do total de ocupados.

Não obstante a predominância dos assalariados, a presença de 17,4% de trabalhadores autônomos na estrutura ocupacional é nada desprezível. Esses trabalhadores autônomos subdividem-se, por sua vez, em 64,9% que trabalham para o público e 35,1% para empresas.

Tabela 3

Distribuição percentual dos ocupados, segundo posição na ocupação e setor de atividade econômica do trabalho principal, na RMPA — abr./92-mar./93

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	OCUPADOS	SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA				
		Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados	66,0	82,9	57,5	72,1	45,9	-
Setor privado	50,3	81,5	57,1	39,9	45,2	-
Com carteira	44,1	76,1	48,9	33,8	35,9	-
Sem carteira	6,2	5,4	8,2	6,1	9,3	-
Setor público	15,7	(1)	(1)	32,1	(1)	-
Autônomos	17,4	11,3	21,1	17,7	47,5	-
Para o público	11,3	4,0	12,8	12,2	41,3	-
Para a empresa	6,1	7,3	8,3	5,5	6,2	-
Empregados domésticos	6,3	-	-	-	-	100,0
Mensalista	4,4	-	-	-	-	70,0
Diarista	1,8	-	-	-	-	29,5
Empregadores	4,0	2,9	6,8	3,7	(1)	-
Donos de negócio familiar	3,6	(1)	10,5	2,8	(1)	-
Outros (2)	2,7	(1)	4,1	3,7	(1)	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Engloba empregado que recebe exclusivamente em espécie ou benefício, empregado que presta serviço militar, assistencial ou religioso com remuneração, etc.

Os empregados domésticos formam o terceiro maior grupo, representando 6,3% dos ocupados. Mais de dois terços dos domésticos compreendem trabalhadores mensalistas, sendo a outra fração constituída de diaristas. Uma parte relativamente maior dos mensalistas possui carteira de trabalho assinada. Porém, se forem somados os empregados mensalistas que não têm esse registro aos diaristas, dos quais praticamente a totalidade trabalha sem carteira assinada, chega-se ao resultado de quase 70% de empregados domésticos com relação de trabalho não legalizada.

Dentre os grupos de menor participação na estrutura ocupacional, destacam-se os empregadores, que correspondem a 4,0% do contingente ocupado no mercado de trabalho, e os donos de negócio familiar, que representam 3,6%.¹¹ Outras categorias reúnem 2,7% dos ocupados.

A estrutura setorial da ocupação na área urbana da RMPA caracteriza-se por uma elevada participação de trabalhadores no setor serviços. Esse setor ocupa quase a metade da força de trabalho da RMPA, sendo seguido, à distância, pela indústria de transformação, que responde por 23,8% dos ocupados. Os trabalhadores constituem 16,0% da ocupação no comércio; 6,3% nos serviços domésticos; e 5,8% na construção civil. Sob outra classificação, tem-se 69,5% dos ocupados distribuídos em atividades do Setor Terciário e 29,6% no Setor Secundário, sendo o resíduo constituído por trabalhadores rurais que residem em área urbana e por outros não classificados.

Os trabalhadores no setor serviços são compostos por assalariados em proporção maior à que se verifica para a média dos ocupados (72,1% e 66,0% respectivamente). Dentre esses assalariados, embora a maior parte esteja empregada no setor privado, os que se ocupam no setor público representam quase 45% dos postos de trabalho. Esse fato contribui para que a taxa de legalidade da relação trabalhista se mostre superior à da média dos assalariados. Quanto às demais categorias ocupacionais, a distribuição dos ocupados no setor assemelha-se à da média, devendo-se apenas assinalar que, entre os autônomos, a participação dos que trabalham para o público é relativamente maior.

Na indústria de transformação, encontra-se a maior taxa de assalariamento da ocupação. Os assalariados representam 82,9% dos postos de trabalho da indústria, estando quase integralmente localizados no setor privado. Também é na indústria

¹¹ O empregador é a pessoa proprietária de um negócio e/ou de uma empresa, ou que exerce uma profissão ou um ofício, e que tem, normalmente, pelo menos um empregado remunerado permanente. O profissional universitário enquadra-se nessa situação apenas se tem três ou mais empregados remunerados permanentes; do contrário, e desde que sua ocupação esteja ligada à formação, após ter completado curso universitário, é dito profissional universitário autônomo. Já o dono de negócio familiar é a pessoa que gerencia um negócio ou uma empresa em sociedade com parentes ou de sua propriedade exclusiva, na qual, geralmente, só trabalham parentes que não recebem remuneração salarial, podendo haver situações em que trabalham um ou dois empregados de forma permanente e remunerados.

que o contrato salarial apresenta o maior índice de legalidade, evidenciado pelo alto grau de registro em carteira de trabalho no setor privado. Em contrapartida ao forte assalariamento da ocupação, outras categorias apresentam menor participação na indústria vis-à-vis à média. Todavia uma importante característica dos autônomos, que integram 11,3% da ocupação setorial, é que a maior parcela se constitui de trabalhadores para empresa, ao contrário do que ocorre nos demais setores de atividade. Essa inserção no mercado de trabalho aproxima-se mais de um "assalariamento disfarçado", estratégia utilizada por determinadas empresas como forma de contratação de serviços sem vínculo empregatício permanente, desonerando-se dos custos sociais aí implícitos. Diferencia-se, portanto, em alguma medida, daquela dos trabalhadores por conta própria, compreendida mais precisamente pelo autônomo que trabalha para o público.

A ocupação no comércio acusa, quando comparada à média, menor presença de assalariados e ganhos de participação dos autônomos, donos de negócio familiar e empregadores. Estas três últimas categorias ocupacionais reunidas constituem 38,4% dos ocupados no setor. Quanto aos assalariados (57,5%), em sua quase-totalidade estão ocupados no setor privado, e a parcela dos que não possuem registro em carteira é maior no comércio do que na indústria e nos serviços de transformação.

O setor da construção civil, por seu turno, apresenta a menor taxa de assalariamento da ocupação (45,9%). Além disso, trata-se do assalariamento com maior índice de ilegalidade na contratação, em que aproximadamente um quinto dos trabalhadores não têm sua carteira assinada. A maior parte dos ocupados na construção civil é formada por trabalhadores autônomos, destacando-se aqueles cuja atividade ocorre para o público em geral.

2.3 - A jornada de trabalho

A jornada média de trabalho dos ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre é de 43 horas semanais, quando se considera apenas o trabalho principal, elevando-se para 44 horas, quando se agregam todos os trabalhos. A metade desses trabalhadores possuem jornada no trabalho principal superior a 42 horas por semana, e cerca de 36,0% trabalham mais do que a referência constitucional de 44 horas semanais.

Dentre os assalariados, a jornada média é pouco inferior à da totalidade dos ocupados. No trabalho principal, a jornada é de 42 horas semanais e em todos os trabalhos chega a 43 horas. A metade dos assalariados cumpre uma jornada superior a 42 horas por semana no trabalho principal, sendo de 30,6% a fração dos que trabalham mais do que a referência de 44 horas semanais.

A maior jornada de trabalho é praticada no comércio. Os ocupados nesse setor trabalham, em média, 48 horas semanais, sendo que mais da metade estende sua atividade além das 44 horas por semana. Para os assalariados, a situação não é

substancialmente diferente. A jornada média no trabalho principal é de 46 horas semanais, e 47,5% desses trabalhadores trabalham mais do que 44 horas.

Segue-se ao comércio o setor da construção civil. Neste, a jornada média é de 44 horas, e 41,4% dos ocupados estendem o tempo de trabalho semanal além desse valor médio. Na construção civil, os assalariados possuem jornada superior à média dos ocupados, de 45 horas semanais, porém uma parcela relativamente menor, de 35,8%, trabalha mais do que 44 horas.

Tabela 4

Horas semanais trabalhadas pelos ocupados e assalariados, em todos os trabalhos e no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica, na RMPA — abr./92-mar./93

INDICADORES	HORAS SEMANAIS TRABALHADAS			
	Ocupados		Assalariados	
	Total	Trabalho principal	Total	Trabalho principal
Total				
Média	44	43	43	42
50% trabalharam até	43	42	43	42
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	38,2	36,0	33,2	30,6
Indústria de transformação				
Média	44	43	44	44
50% trabalharam até	44	44	44	44
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	33,5	32,2	31,0	29,6
Comércio				
Média	49	48	46	46
50% trabalharam até	47	46	45	44
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	54,2	53,2	48,4	47,5
Serviços				
Média	43	42	42	41
50% trabalharam até	40	40	40	40
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	36,5	33,4	31,1	27,3
Construção civil				
Média	44	44	45	45
50% trabalharam até	43	43	44	44
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	42,8	41,4	38,2	35,8
Serviços domésticos				
Média	38	37	-	-
50% trabalharam até	40	39	-	-
Percentual dos ocupados que trabalharam mais de 44h...	31,8	29,5	-	-

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGIAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Na indústria de transformação, a jornada média no trabalho principal é de 43 horas semanais para os ocupados e de 44 horas para os assalariados. Um pouco menos de um terço dos trabalhadores industriais sujeita-se a um tempo de serviço superior a 44 horas por semana.

O setor serviços, que compreende a maior parcela dos ocupados na RMPA, apresenta jornada semanal média de 42 horas para os ocupados e de 41 horas para os assalariados. A exemplo da indústria, aproximadamente um terço dos ocupados trabalha mais do que 44 horas semanais.

A menor jornada de trabalho ocorre no setor de serviços domésticos. No trabalho principal, a jornada média é de 37 horas semanais, e não mais do que 30,0% dos empregados domésticos estende o tempo de serviço além das 44 horas por semana.

3 - Os rendimentos do trabalho na RMPA

3.1 - O nível geral e a distribuição dos rendimentos do trabalho

O período a que se refere a caracterização do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre, empreendida neste artigo, corresponde ao transcurso do terceiro ano de acentuado declínio da atividade econômica, processo iniciado em 1990. Não resta dúvida de que os indicadores dos rendimentos da força de trabalho que agora se analisam estão marcados por essa continuidade recessiva. No entanto, submetidos à restrição temporal das informações disponíveis, convém assinalar que não é sobre os efeitos da recessão nos rendimentos que versa esta seção. Seu conteúdo atém-se, primordialmente, às relações entre os rendimentos de diferentes grupos dos ocupados, buscando-se identificar o perfil dos rendimentos dos trabalhadores na RMPA segundo seus traços pessoais e sua particular inserção no mercado de trabalho. Adicionalmente, alguns indicadores de distribuição dos rendimentos são apresentados.

A principal referência para essas comparações consiste no rendimento médio dos ocupados no trabalho principal, que é o indicador do nível geral dos rendimentos do trabalho. A preços de março de 1993, o valor do rendimento médio dos ocupados é de Cr\$ 6.164 mil, o que equivale a aproximadamente 4,1 vezes o salário mínimo médio do período abr./92-mar./93 (Cr\$ 1.517 mil). Entre os assalariados, que representam 66,0% do total dos ocupados, o rendimento médio é levemente superior, alcançando Cr\$ 6.426 mil no período, como se observa na Tabela 5.

Os indicadores constantes nessa tabela permitem algumas afirmações sobre a estrutura dos rendimentos do trabalho na RMPA. Em primeiro lugar, nota-se que a diferença entre os rendimentos médios no trabalho principal e em todos os trabalhos é inexpressiva, o que indica que apenas reduzida parcela da força de trabalho apresenta mais de uma ocupação. Essa diferença, contudo, mostra-se maior quanto mais alto for o rendimento médio no trabalho principal. De fato, enquanto para os ocupados do grupo de menores rendimentos (Grupo 1) a média em todos os trabalhos é apenas 1,9% superior à média no trabalho principal, para aqueles que ocupam o estrato de maiores remunerações (Grupo 4) a diferença atinge 4,1%.

Tabela 5

Rendimentos médio e mediano dos ocupados e dos assalariados e índices do rendimento médio, por grupos de rendimentos, na RMPA — abr./92-mar./93

RENDIMENTOS	TRABALHO PRINCIPAL		TODOS OS TRABALHOS	
	Ocupados (1)	Assalariados (2)	Ocupados (1)	Assalariados (2)
Rendimento médio (3)	6 164	6 426	6 376	6 666
Índices do rendimento médio (4)				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo 1 (5)	22,8	28,9	22,4	28,1
Grupo 2 (6)	47,8	51,3	46,9	50,0
Grupo 3 (7)	84,5	85,6	83,2	84,2
Grupo 4 (8)	245,7	234,9	247,2	238,1
Rendimento mediano (3)	3 795	4 125	3 828	4 147
Índice do rendimento mediano (4)	61,6	64,2	60,0	62,2

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGIAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês. (3) Inflator: IPC-IEPE; valores em mil cruzeiros de mar./93. (4) Índice base 100 = rendimento médio na coluna respectiva. (5) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos. (6) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano. (7) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano. (8) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

O valor do rendimento mediano no trabalho principal, que equivale a 61,6% da média para os ocupados e a 64,2% para os assalariados, é indicativo da existência de um grande contingente de ocupados com baixa remuneração, o que, de resto, é um traço conhecido da distribuição dos rendimentos não só na Região investigada, mas em todo o País. A remuneração no trabalho principal de metade dos ocupados não ultrapassa o teto de Cr\$ 3.795 mil, ou seja, não vai além de 2,5 salários mínimos. Entre os assalariados, o nível pouco mais elevado do rendimento mediano não chega a representar mudança de qualidade, estando a metade dos assalariados submetida a rendimentos inferiores a 2,7 salários mínimos.

O fato de a relação entre o rendimento mediano e o rendimento médio ser menor entre os assalariados evidenciaria que a distribuição dos rendimentos nessa categoria se afigura menos desigual do que entre o total dos ocupados. O exame dos rendimentos médios de grupos de trabalhadores classificados segundo sua remuneração parece confirmar essa hipótese. A amplitude do leque de rendimentos no trabalho principal, medida pela relação entre os rendimentos médios dos Grupos 4 e 1, é de 10,8 para os ocupados e de 8,1 para os assalariados. Essa diferença explica-se, exclusivamente, em face da maior base de remuneração dos assalariados *vis-à-vis* aos demais ocupados. De fato, quando se compara o rendimento médio do grupo dos assalariados de menores rendimentos ao do respectivo grupo dos ocupados, o primeiro resulta 32,5% superior ao segundo. À medida que se evolui na escala das remunerações, reduz-se a diferença, a ponto de se tornar praticamente nula para o grupo de maiores rendimentos (Grupo 4).

Não obstante o perfil menos desigual da distribuição dos rendimentos do trabalho entre os assalariados, é a elevada concentração desses rendimentos em um contingente reduzido de indivíduos a principal característica de tal distribuição. Outra forma de se perceber esse traço é apresentada diretamente na Tabela 5. Apenas o rendimento médio do grupo de maiores remunerações é superior ao rendimento médio total, sendo de 2,5 para os ocupados e de 2,3 para os assalariados a grandeza dessa relação. Já na Tabela 6, mostra-se a parcela das rendas do trabalho apropriada por cada grupo de trabalhadores.

Tabela 6

Distribuição percentual dos rendimentos do trabalho, por grupos de ocupados e de assalariados, na RMPA — abr./92-mar./93

GRUPOS	OCUPADOS		ASSALARIADOS	
	Simple	Acumulada	Simple	Acumulada
Grupo 1 (1)	5,7	5,7	7,2	7,2
Grupo 2 (2)	11,9	17,6	12,8	20,0
Grupo 3 (3)	21,1	38,7	21,4	41,4
Grupo 4 (4)	61,3	100,0	58,6	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos. (2) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano. (3) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano. (4) Corresponde aos 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

As estimativas da Tabela 6 compreendem uma demonstração a mais acerca do conhecido quadro de concentração dos rendimentos — no caso, apenas dos rendimentos do trabalho — que caracteriza a economia da Região e do País. Os 25% dos trabalhadores de rendimentos mais altos auferem 61,3% das rendas do trabalho, ao passo que os demais 75% recebem 38,7% dessas rendas. Uma elevada, porém menor, concentração dos rendimentos ocorre também entre os assalariados. Os de maiores rendimentos (Grupo 4) apropriam-se de 58,6% da massa salarial, ficando 41,4% para os restantes 75% dos empregados assalariados.

3.2 - Os rendimentos segundo atributos pessoais

Dentre os assuntos nos quais a literatura sócio-econômica sobre o trabalho recorrentemente põe a atenção está o das formas de inserção de diferentes grupos da população no mercado de trabalho.¹² Nas seções anteriores, analisou-se a participação, no mercado de trabalho e na ocupação, de grupos populacionais definidos segundo atributos pessoais, análise que deve ser complementada com base em indicadores dos rendimentos dos ocupados. Nesse sentido, na Tabela 7 apresentam-se os rendimentos médio e mediano dos ocupados no trabalho principal, conforme seus atributos pessoais.

Considerando-se cada atributo separadamente, tem-se, em primeiro lugar, que o rendimento médio dos homens é superior ao do total dos ocupados, ficando o rendimento médio das mulheres aquém desse valor. Em média, os ocupados do sexo masculino recebem 58,2% a mais do que os do sexo feminino.

Em segundo lugar, percebe-se que, quanto maior for a idade do indivíduo ocupado, mais elevado é o rendimento. Convém esclarecer que tal afirmação está condicionada pela definição preliminar das faixas etárias apresentadas na tabela. Sendo assim, o menor rendimento médio corresponde aos ocupados com idade entre 10 e 17 anos, ao passo que o maior desses rendimentos se refere aos ocupados com idade de 40 anos e mais. Deve ser notado, contudo, que a diferença de rendimento médio entre as faixas etárias, a qual é bastante pronunciada entre a primeira e a segunda faixa e entre esta e a terceira, se torna praticamente inexpressiva quando se comparam os ocupados entre 25 e 39 anos e aqueles com idade superior a 40 anos.

Quanto ao atributo cor, o rendimento médio dos indivíduos de cor branca é 54,0% superior ao dos indivíduos de cor não branca. Já no que tange à posição dos indivíduos no domicílio, aqueles que ocupam a posição de chefe apresentam rendimento médio superior ao dos demais. O rendimento médio, no trabalho principal, dos chefes de domicílio é 28,2% superior à média dos ocupados. No extremo oposto, encontram-se os trabalhadores que, no domicílio, ocupam a posição de filhos, os quais possuem rendimento 36,6% inferior à média global.

Por fim, ao se examinar o grau de escolaridade dos ocupados, nota-se que os indivíduos com mais anos de educação formal apresentam maior rendimento médio. Apenas entre aqueles que possuem 1º grau completo e 2º incompleto não há diferença relevante de rendimentos.

¹² Uma discussão de cunho teórico sobre as dificuldades de inserção favorável no mercado de trabalho de certos grupos populacionais se encontra em Offe; Hinrichs (1989).

Tabela 7

Rendimentos médio e mediano e índices dos rendimentos médio e mediano dos ocupados no trabalho principal, por atributos pessoais, na RMPA — abr./92-mar./93

ATRIBUTOS PESSOAIS	RENDIMENTO MÉDIO		RENDIMENTO MEDIANO	
	Valor (1)	Índice (2)	Valor (1)	Índice (3)
Ocupados	6 164	100,0	3 795	100,0
Sexo				
Homens	7 243	117,5	4 601	121,2
Mulheres	4 578	74,3	2 888	76,1
Idade				
10 a 17 anos	1 909	31,0	1 761	46,4
18 a 24 anos	3 818	61,9	2 995	78,9
25 a 39 anos	6 767	109,8	4 466	117,7
40 anos e mais	7 300	118,4	4 342	114,4
Cor				
Branca	6 457	104,8	4 011	105,7
Não branca	4 194	68,0	2 880	75,9
Posição no domicílio				
Chefe	7 901	128,2	5 014	132,1
Cônjuge	4 881	79,2	3 034	79,9
Filho	3 907	63,4	2 702	71,2
Demais membros	4 072	66,1	2 808	74,0
Escolaridade				
Sem escolaridade ...	2 711	44,0	1 979	52,1
1º grau incompleto ...	3 809	61,8	2 880	75,9
1º grau completo ...	5 468	88,7	4 000	105,4
2º grau incompleto ...	5 125	83,1	3 721	98,1
2º grau completo ...	8 320	135,0	6 017	158,6
3º grau incompleto ...	10 049	163,0	7 350	193,7
3º grau completo ...	15 212	246,8	11 486	302,7

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FCTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

(1) Inflator: IPC-IEPE; valores em mil cruzeiros de mar./93. (2) Índice base 100 = rendimento médio dos ocupados no trabalho principal. (3) Índice base 100 = rendimento mediano dos ocupados no trabalho principal.

Com base nos dados da Tabela 7, é possível traçarem-se dois perfis individuais quanto à remuneração do trabalho. De um lado, o perfil da melhor posição relativa corresponde aos indivíduos do sexo masculino, com idade igual ou superior a 25 anos, de cor branca, ocupando a posição de chefe nos seus domicílios e que tenham concluído algum curso superior. Esse perfil coincide, ainda, com taxas de desemprego reduzidas, como se evidencia na seção seguinte, e com elevadas taxas de participação no mercado de trabalho.

De outro lado, o perfil da pior posição relativa refere-se aos indivíduos do sexo feminino, jovens com idade não superior a 25 anos, de cor não branca, que ocupam a posição de filhos ou outras que não as de cônjuge ou chefe de domicílio, e com baixa ou nenhuma escolaridade. Em geral, esse também é o perfil de indivíduos com as maiores taxas de desemprego e uma presença relativamente menor no mercado de trabalho.

3.3 - Os rendimentos segundo a posição na ocupação

No ponto inicial desta seção, uma comparação preliminar entre ocupados e assalariados revela que o rendimento médio destes supera em 4,3% o do total dos ocupados. Na Tabela 8, expõem-se os dados dos rendimentos médio e mediano dos assalariados e de outras categorias ocupacionais, proporcionando uma análise sobre a estrutura dos rendimentos do trabalho segundo a posição dos indivíduos na ocupação.

A diferença pouco superior do rendimento médio dos assalariados em relação aos ocupados deve-se exclusivamente à remuneração dos empregados no setor público. Estes são remunerados, em média, 91,4% acima dos assalariados no setor privado. Dentro do setor privado, os empregados com carteira de trabalho assinada apresentam salário médio 89,6% superior ao dos empregados sem carteira.

Os trabalhadores autônomos, por seu turno, têm rendimento médio inferior ao do conjunto dos ocupados. Dentre eles, os que trabalham para empresas recebem, em média, 30,1% acima dos que trabalham para o público.

O menor rendimento médio no conjunto dos grupos ocupacionais refere-se aos empregados domésticos. O valor médio de Cr\$ 1.791 mil, a preços de março de 1993, bastante próximo ao mediano, é pouco superior ao do salário mínimo médio do período analisado. No caso dos empregados domésticos diaristas, a remuneração média chega a equiparar-se ao salário mínimo.

Na posição oposta à dos empregados domésticos encontram-se os indivíduos que ocupam a posição de empregadores. O rendimento médio destes é 124,7%, superior ao do total dos ocupados, e seu rendimento mediano mostra-se maior do que o rendimento médio do conjunto das categorias ocupacionais consideradas. Além disso, a menor distância entre a média e a mediana, relativamente ao que ocorre no total dos ocupados, estaria a indicar uma menor desigualdade na distribuição dos rendimentos entre os empregadores.

Tabela 8

Rendimentos médio e mediano e índices dos rendimentos médio e mediano dos ocupados no trabalho principal, por posição na ocupação, na RMPA—abr./92-mar./93

ATRIBUTOS PESSOAIS	RENDIMENTO MÉDIO		RENDIMENTO MEDIANO	
	Valor (1)	Índice (2)	Valor (1)	Índice (3)
Ocupados	6 164	100,0	3 795	100,0
Assalariados	6 426	104,3	4 125	108,7
Setor privado	5 284	85,7	3 600	94,9
Com carteira	5 602	90,9	3 816	100,6
Sem carteira	2 955	47,9	2 067	54,5
Setor público	10 115	164,1	7 070	186,3
Autônomos	4 846	78,6	3 034	79,9
Para o público	4 376	71,0	3 008	79,3
Para a empresa	5 693	92,4	3 216	84,7
Empregados domésticos	1 791	29,1	1 609	42,4
Mensalista	1 910	31,0	1 700	44,8
Diarista	1 510	24,5	1 237	32,6
Donos de negócio fami- liar	5 957	96,6	4 125	108,7
Empregadores	13 851	224,7	10 339	272,4

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício.

(1) Inflator: IPC-IEPE; valores em mil cruzeiros de mar./93. (2) Índice base 100 = rendimento médio dos ocupados no trabalho principal. (3) Índice base 100 = rendimento mediano dos ocupados no trabalho principal.

3.4 - Os níveis setoriais dos rendimentos

Uma última comparação entre os rendimentos de diferentes grupos ocupacionais compreende os níveis setoriais dos rendimentos. A Tabela 9 apresenta os rendimentos médio e mediano dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal segundo o setor de atividade econômica.

Com base nos dados da Tabela 9, observa-se que, entre os ocupados, o rendimento médio setorial mais elevado é o dos serviços, seguido pela indústria e o comércio, cujos rendimentos médios dos ocupados são praticamente iguais, vindo, por fim, a construção civil e os serviços domésticos. Excetuando-se o setor de serviços domésticos, as relações entre os rendimentos mediano e médio de cada setor oscilam na faixa de 63,4% a 68,0%.

Tabela 9

Rendimentos médio e mediano e índices dos rendimentos médio e mediano dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por setor de atividade, na RMPA—abr./92-mar./93

RENDIMENTOS E ÍNDICES	TOTAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	COMÉRCIO	SERVIÇOS	CONSTRUÇÃO CIVIL	SERVIÇOS DOMÉSTICOS
Ocupados (1)						
Rendimento médio (2) ...	6 164	5 679	5 621	7 388	4 507	1 791
Índice (3)	100,0	92,1	91,2	119,9	73,1	29,1
Rendimento mediano (2) ..	3 795	3 600	3 717	4 825	3 067	1 609
Índice (4)	100,0	94,9	97,9	127,1	80,8	42,2
Assalariados (5)						
Rendimento médio (2) ...	6 426	5 637	4 786	7 527	4 087	-
Índice (3)	100,0	87,7	74,5	117,1	63,6	-
Rendimento mediano (2) ..	4 125	3 683	3 467	5 000	3 045	-
Índice (4)	100,0	89,3	84,0	121,2	73,8	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGIAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Inflator: IPC-IEPE; valores em mil cruzeiros de mar./93. (3) Índice base 100 = rendimento médio dos ocupados no trabalho principal. (4) Índice base 100 = rendimento mediano dos ocupados no trabalho principal. (5) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Na categoria dos assalariados, a posição relativa dos rendimentos médios setoriais é bastante semelhante à dos ocupados, ressaltando-se apenas que o salário médio na indústria de transformação se mostra nitidamente superior ao salário no comércio. Verifica-se, ainda, que a distância entre a mediana e a média dos rendimentos é, em geral, menor entre os assalariados do que entre os ocupados.

Confrontando-se os níveis setoriais de rendimentos entre os ocupados e os assalariados, nota-se que, na indústria e nos serviços, a média de ambas as categorias ocupacionais é bastante próxima. Nesses setores, a taxa de assalariamento, respectivamente 82,9% e 72,1%, é maior do que a dos demais, o que torna o rendimento médio dos ocupados altamente influenciado pelo salário médio. Porém, no comércio e na construção civil, cujas taxas de assalariamento são de 57,5% e 45,9%, o rendimento médio dos ocupados é maior do que o dos assalariados, indicando a melhor remuneração relativa das categorias ocupacionais de não-assalariados nesses setores.

4 - O desemprego na RMPA

O nível do desemprego na área metropolitana de Porto Alegre, no período abrangido por este artigo, mostra-se, a exemplo da ocupação e dos rendimentos da força de trabalho, afetado pela conjuntura de retração da atividade econômica. Assim, uma elevada taxa de desemprego total, da ordem de 13,9% da PEA, é a expressão de um

contingente de desempregados estimado em 201 mil pessoas.¹³ Decomposta essa taxa entre os dois tipos básicos de desemprego apurados pela PED, registra-se uma parcela equivalente a 8,1% da PEA na condição de desemprego aberto e a 5,8% da PEA na de desemprego oculto, perfazendo 117 mil e 84 mil pessoas respectivamente.

O desemprego oculto compreende duas situações distintas de inserção na PEA: o desemprego oculto pelo trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. O primeiro abarca aquelas pessoas que, tendo procurado uma ocupação regular, exercem alguma atividade precária e sem continuidade, enquanto o segundo é formado por indivíduos sem trabalho que, não tendo procurado emprego no período imediatamente anterior à entrevista, o fizeram nos últimos 12 meses. As taxas para esses dois tipos de desemprego atingem 4,4% para o desemprego oculto pelo trabalho precário e 1,4% para o oculto pelo desalento.

4.1 - A propensão ao desemprego de grupos da população segundo seus atributos pessoais

A distribuição social dos riscos no mercado de trabalho, conforme vimos assinalando, dá-se de maneira desigual entre os indivíduos — determinados grupos desempregam-se com mais frequência, ou permanecem desempregados por mais tempo; há os que têm maiores dificuldades em obter colocação no mercado, que ocupam os postos de pior qualidade e que ganham menos do que a média. Essa desigualdade segue um padrão ditado por características socialmente atribuídas (conforme o sexo, a idade ou a etnia, por exemplo), as quais podem ser cumulativas em determinados segmentos da força de trabalho. No período analisado, conforme os dados da Tabela 10, os grupos mais expostos ao desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre são as mulheres, os indivíduos de cor não branca, os jovens com idade inferior a 24 anos e os que ocupam a posição de filho no domicílio onde residem.

As informações evidenciam que as mulheres sofrem mais do que os homens o problema do desemprego, sendo sua taxa de desemprego da ordem de 16,1% da PEA feminina, aproximadamente 30% superior aos 12,3% referentes aos homens. De modo claro, são indicativas das dificuldades de inserção das mulheres no mercado de trabalho as maiores taxas de desempregos aberto e oculto pelo desalento comparativamente às dos homens. Maiores taxas nesses tipos de desemprego revelam barreiras elevadas à obtenção de um trabalho, ao ponto de desestimular o ato da procura.

¹³ Apesar de elevada, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre mostrou-se, no período considerado, substancialmente mais baixa do que a da Grande São Paulo, que variou na faixa de 14,2% a 16,2%.

Ao contrário, o desemprego oculto pelo trabalho precário apresenta uma taxa mais elevada para os homens. Esse resultado explica-se, porque os homens são, em geral, a mão-de-obra primária do grupo familiar, responsáveis por parcela considerável do sustento do domicílio. Existiria, assim, uma premência maior, entre os homens, de exercerem alguma atividade, ainda que precária, como estratégia de sobrevivência, sobretudo diante da fragilidade dos mecanismos de seguridade social existentes no País.

Tabela 10

Taxas de desemprego, por tipo, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr./92-mar./93

ATRIBUTOS PESSOAIS	TOTAL	ABERTO	OCULTO		
			Total	Trabalho Precário	Desalento
Total	13,9	8,1	5,8	4,4	1,4
Sexo					
Homens	12,3	6,5	5,8	5,1	0,7
Mulheres	16,1	10,2	5,9	3,6	2,3
Idade					
10 a 17 anos	36,9	26,1	10,8	6,1	4,7
18 a 24 anos	21,1	13,4	7,7	5,8	1,9
25 a 39 anos	11,3	5,7	5,6	4,6	1,0
40 anos e mais ...	7,1	3,4	3,7	2,9	0,8
Cor					
Branca	13,1	7,8	5,3	4,0	1,3
Não branca	19,0	10,0	9,0	7,1	1,9
Posição no domicílio					
Chefe	8,0	3,4	4,6	4,2	0,4
Cônjuge	12,9	7,7	5,2	3,2	2,0
Filho	25,1	16,6	8,5	5,8	2,7
Demais membros ...	16,7	9,8	6,9	5,4	(1)
Escolaridade					
Sem escolaridade .	15,4	5,7	9,7	8,1	(1)
1º grau (2)	16,4	9,3	7,1	5,5	1,6
2º grau (3)	9,6	6,5	3,1	2,1	(1)
3º grau (4)	3,6	(1)	(1)	(1)	(1)

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria. (2) Inclui 1º grau incompleto, 1º grau completo e 2º grau incompleto. (3) Inclui 2º grau completo e 3º grau incompleto. (4) Inclui 3º grau completo.

Segundo a distribuição etária dos indivíduos, constata-se uma relação inversa entre desemprego e idade. As taxas de desemprego são particularmente elevadas entre os jovens, chegando a superar os patamares de um terço da PEA respectiva entre os menores de 18 anos e de um quinto na faixa entre 18 e 24 anos. Além disso, nesses estratos, as taxas de desemprego aberto são muito mais altas do que as de desemprego oculto. Já para as pessoas de idade mais avançada, as taxas de desempregos aberto e oculto encontram-se bastante próximas. Trata-se, aqui, de pressão semelhante à que ocorre entre os homens. À medida que passam à idade adulta, as pessoas assumem maiores compromissos no âmbito do grupo familiar, sendo, por isso, obrigadas a buscar qualquer ocupação quando se encontram desempregadas.

De acordo com o atributo cor, observa-se diferença marcante entre as taxas de desemprego dos brancos (13,1%) e dos não brancos (19,0%). Dado que as taxas de participação de ambos os grupos são praticamente iguais, é essa diferença, que ocorre tanto no desemprego aberto quanto no oculto, que sinaliza a existência de maiores obstáculos à inserção, como ocupadas, das pessoas de cor não branca.

Os indivíduos que ocupam a posição de chefe nos domicílios em que residem apresentam uma baixa taxa de desemprego (8,0%) em relação às pessoas que ocupam outras posições (cônjuges, 12,9%; filhos, 25,1%; e demais membros, 16,7%). A sua menor taxa de desemprego total é determinada especialmente pelo desemprego aberto, uma vez que a taxa de desemprego oculto dos chefes não é substancialmente inferior à dos cônjuges. Ao contrário, o desemprego oculto pelo trabalho precário mostra-se mais elevado entre os chefes do que entre os cônjuges, resultado compatível com o fato de que, em sendo os chefes geralmente escolhidos por sua posição econômica, cabe a eles o sustento básico do domicílio. Não obstante apresentar taxa de desemprego total relativamente menor, os chefes de domicílio totalizam mais de um quarto dos desempregados, o que coloca parcela importante das famílias em situação bastante crítica.

Os riscos do mercado de trabalho não se distribuem desigualmente apenas segundo as atribuições, mas também com base em características adquiridas, como, por exemplo, a escolaridade. Em determinadas circunstâncias, características adquiridas podem, inclusive, minimizar os problemas de inserção no mercado de trabalho associados a atributos pessoais. Nesse sentido, pode ser observado, na Tabela 10, que o desemprego é tanto menor quanto maior for o índice de escolaridade dos indivíduos.

Entre os indivíduos sem escolaridade ou com baixa escolaridade (1º grau), as taxas de desemprego total são bastante próximas, o que poderia induzir à conclusão de que o término do 1º grau de ensino não altera a situação dos indivíduos quanto ao desemprego. A composição do desemprego, no entanto, mostra diferenças entre os dois grupos. Dentre os desempregados sem escolaridade, a maior parcela se encontra na condição de desemprego oculto pelo trabalho precário, enquanto, dentre os desempregados com 1º grau, a maior parcela se situa no desemprego aberto. Essa distinção pode indicar que os indivíduos com baixo grau de escolaridade se inserem de modo menos precário no mercado de trabalho — como, aliás, atestam as informações sobre ocupação —, transitando principalmente entre o emprego assalariado e o desemprego aberto.

4.2 - O tempo de permanência sem trabalho regular

Uma característica saliente do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre é o longo período de permanência dos indivíduos nessa situação. O tempo médio de procura de trabalho, no período que se analisa, é de 5,2 meses. Contudo o tempo que os indivíduos desempregados permanecem sem trabalho regular é ainda mais extenso, sendo, em média, de 12 meses. Esse indicador, que mensura o intervalo entre a data em que os indivíduos deixaram ou perderam o último trabalho e a data da entrevista, é analisado a partir dos dados da Tabela 11.

Tais dados evidenciam importantes diferenças conforme os atributos pessoais. Com efeito, segundo o sexo, percebe-se que as mulheres se expõem à falta de trabalho regular por um período substancialmente superior ao dos homens (em média, 15,4 contra 9,0 meses). Já em relação ao atributo idade, o que se observa é uma ampliação do tempo médio sem trabalho regular à medida que se avança na distribuição etária, até os 39 anos, ocorrendo pequena queda a partir dos 40 anos.

Tabela 11

Tempo médio e distribuição percentual da permanência sem trabalho regular dos desempregados, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr./92-mar./93

ATRIBUTOS PESSOAIS	TEMPO MÉDIO (1)	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL			
		Total	Menos de 1 Mês a Menos de 4 Meses	4 Meses a Menos de 12 Meses	12 Meses e Mais
Total	12,0	100,0	38,5	36,2	25,3
Sexo					
Homens	9,0	100,0	43,0	38,2	18,8
Mulheres	15,4	100,0	33,2	33,8	33,0
Idade					
10 a 17 anos	6,9	100,0	67,1	28,9	3,9
18 a 24 anos	9,7	100,0	38,0	39,9	22,1
25 a 39 anos	13,7	100,0	38,0	32,6	29,5
40 anos e mais	12,5	100,0	35,0	34,3	30,7
Cor					
Branca	12,2	100,0	38,8	35,6	25,6
Não branca	12,1	100,0	36,8	38,7	24,6
Posição no domicílio					
Chefe	10,3	100,0	43,2	35,5	21,3
Cônjuge	20,4	100,0	26,9	29,3	43,8
Filho	9,0	100,0	39,8	40,0	20,2
Demais membros	9,9	100,0	43,6	39,2	17,2
Escolaridade					
Sem escolaridade	13,1	100,0	40,2	34,5	25,3
1º grau (2)	11,6	100,0	38,7	36,8	24,5
2º grau (3)	12,4	100,0	36,9	34,4	28,7
3º grau (4)	19,3	100,0	35,9	28,2	35,9

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

(1) Em meses. (2) Inclui 1º grau incompleto, 1º grau completo e 2º grau incompleto. (3) Inclui 2º grau completo e 3º grau incompleto. (4) Inclui 3º grau completo.

A posição que os indivíduos ocupam no domicílio em que residem não determina diferenciação relevante quanto ao tempo sem trabalho regular, à exceção dos cônjuges, que apresentam média de 20 meses contra valores que oscilam entre 9,0 e 10,3 meses para os demais. Saliente-se, ainda, que, dentre os cônjuges, 43,8% permanecem sem trabalho regular por mais de um ano.

Em síntese, um perfil dos indivíduos expostos à falta de trabalho regular por um período mais prolongado compreende as mulheres, as pessoas entre 25 e 39 anos e os cônjuges.

4.3 - As estratégias de sobrevivência dos desempregados

Dado o longo tempo médio de ausência de trabalho regular, importa examinar os principais meios de sustentação utilizados pelos desempregados. Segundo as informações da Tabela 12, praticamente dois terços dos desempregados contam com o trabalho de outra pessoa da família para proverem seu sustento. Os outros meios mais utilizados são os trabalhos irregulares ou ocasionais e a ajuda de parentes ou conhecidos, dos quais lançam mão, respectivamente, 31,5% e 23,8% dos desempregados.

Tabela 12

Frequência de utilização dos principais meios de sustentação pelos desempregados, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr /92-mar /93

ATRIBUTOS PESSOAIS	TRABALHOS IRREGULARES OU OCASIONAIS	AJUDA DE PARENTES OU CONHECIDOS	TRABALHO DE OUTRA PESSOA DA FAMÍLIA	FUNDO DE GARANTIA	SEGURO-DESEMPREGO	PENSÃO OU APOSENTADORIA	OUTROS (%)
Total	31,5	23,8	65,5	6,0	3,9	2,1	9,1
Sexo							
Homens	40,8	23,2	57,1	7,6	5,2	1,2	10,8
Mulheres	21,4	24,4	74,6	4,2	2,5	3,0	7,3
Idade							
10 a 17 anos	16,2	24,5	83,5	0,9	1,0	0,5	2,7
18 a 24 anos	26,7	26,4	70,7	6,0	3,5	1,0	6,6
25 a 39 anos	40,3	23,2	55,5	8,7	5,5	0,9	12,7
40 anos e mais	40,5	19,1	54,8	6,4	4,7	8,5	14,1
Cor							
Branca	30,3	23,4	65,8	6,3	3,9	2,0	9,7
Não branca	36,6	25,7	64,5	4,5	3,9	2,2	6,5
Posição no domicílio							
Chefe	51,1	18,4	38,2	10,7	7,4	4,8	17,5
Cônjuge	24,4	15,3	84,1	4,1	2,9	1,1	5,2
Filho	22,7	26,2	77,4	4,3	2,5	0,9	5,4
Demais membros	31,2	47,7	48,1	4,1	2,7	1,4	10,7
Escolaridade							
Sem escolaridade	52,6	22,7	55,9	3,8	1,4	7,6	7,6
1º grau (1)	32,7	23,4	65,6	5,0	4,0	1,5	7,9
2º grau (2)	20,8	25,9	68,7	10,3	4,4	2,9	14,1
3º grau (3)	22,3	27,3	56,2	14,9	1,7	5,8	24,8

FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE

NOIA: O somatório das frequências excede a 100, tendo em vista a possibilidade de utilização de mais de um meio de sobrevivência.

(1) Inclui 1º grau incompleto, 1º grau completo e 2º grau incompleto (2) Inclui 2º grau completo e 3º grau incompleto (3) Inclui 3º grau completo.

A alta frequência de meios como o trabalho de outra pessoa da família e a ajuda de parentes ou conhecidos demonstra que a estratégia de sobrevivência dos desempregados se constrói, preferencialmente, no âmbito do grupo familiar. Por outro lado, os percentuais inexpressivos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do seguro-desemprego são indicativos da fragilidade dos instrumentos de assistência social aos desempregados, restando, efetivamente, as estratégias familiar e individual ("bicos") como saídas ao problema da subsistência material dessas pessoas.

A utilização dos diversos meios de sustentação pelos desempregados apresenta diferenças segundo alguns atributos. Em primeiro lugar, tem-se que os homens se utilizam mais do que as mulheres de trabalhos irregulares ou ocasionais, enquanto estas se apóiam sobretudo no trabalho de outra pessoa da família. Essas informações são compatíveis com outras que indicam que cabe aos homens, em geral, a maior responsabilidade quanto ao sustento do domicílio, compelindo-os ao trabalho irregular quando desempregados. As maiores frequências, embora pouco relevantes, do FGTS e do seguro-desemprego encontradas entre os homens indicam, ainda, que estes possuem relações mais formalizadas de trabalho em comparação às mulheres, utilizando-se proporcionalmente mais dos mecanismos de assistência social.

Em segundo lugar, observa-se que os desempregados com idade até 24 anos sobrevivem quase exclusivamente graças ao trabalho de outra pessoa da família, enquanto, para aqueles com mais de 24 anos, os trabalhos irregulares ou ocasionais também ocupam posição de destaque. Quanto ao Fundo de Garantia e ao seguro-desemprego, estes apresentam maior frequência entre as pessoas com mais de 24 anos — o que parece razoável, diga-se de passagem, uma vez que o montante de recursos do Fundo e o direito ao seguro-desemprego dependem do tempo de serviço como assalariado legalizado.

Em terceiro lugar, observando-se a posição dos desempregados no domicílio, nota-se que os chefes assinalam, majoritariamente, como estratégia de sobrevivência os trabalhos irregulares, ao passo que os demais membros dependem principalmente do trabalho de outra pessoa da família. Os instrumentos da seguridade social também são mais frequentemente utilizados pelos chefes *vis-à-vis* aos outros integrantes do domicílio.

Por fim, quanto ao grau de escolaridade dos desempregados, verifica-se que, quanto maior o grau de escolaridade menor a frequência de utilização de trabalhos irregulares e maior a do Fundo de Garantia e de outros meios, dentre os quais se destacam outras formas de poupança financeira dos indivíduos.

Considerações finais

O retrato do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre, apresentado neste estudo, confirma o que se tem destacado na literatura sócio-econômica brasileira sobre o mercado de trabalho urbano — a heterogeneidade das formas em que a população se insere nesse mercado, que o afasta da simples dualidade entre assalariamento e

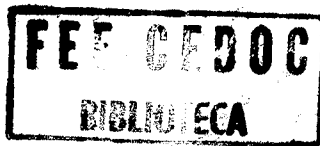
desemprego aberto, é sua principal característica. Mais além do que tipifica a estrutura de mercado no Brasil, e de resto nos países de desenvolvimento capitalista atrasado, constata-se, ainda, que a distribuição dos riscos entre os indivíduos no mercado de trabalho segue normas sociais semelhantes às dos mais diferentes espaços regionais, em que certos grupos da população ocupam posições relativamente mais precárias, ao passo que outros tendem a ser beneficiados.

A população estimada na Região Metropolitana de Porto Alegre no período a que se referem os resultados deste estudo é de 3.083 mil indivíduos. Desse universo, 80,6% formam uma População em Idade Ativa, de 10 anos e mais, de 2.486 mil pessoas, sendo os restantes 19,4% constituídos por 597 mil menores de 10 anos. A PIA divide-se entre uma parcela de 58,1% de pessoas que participam da População Economicamente Ativa e uma parcela complementar de 41,9% que reúne os inativos. Tem-se, assim, um mercado constituído por 1.445 mil indivíduos, dos quais 1.244 mil se encontram ocupados e 201 mil desempregados. A taxa de desemprego total equivale a 13,9% da PEA.

O perfil da ocupação caracteriza-se pela presença amplamente majoritária do emprego assalariado, secundado pelo trabalho autônomo — o primeiro representa 66,0% dos ocupados; o segundo, 17,4%. As demais categorias ocupacionais reunidas compreendem 16,6% da ocupação na RMPA. Já a estrutura setorial da ocupação evidencia a primazia do setor serviços, que responde por aproximadamente 50,0% dos postos de trabalho. Os ocupados na indústria de transformação constituem 23,8% do total; no comércio, 16,0%; nos serviços domésticos, 6,3%; e na construção civil, 5,8%.

A distribuição dos rendimentos do trabalho mostra-se fortemente concentrada. Enquanto 75% dos ocupados recebem pouco mais do que um terço da massa de rendimentos, os 25% restantes apropriam-se de quase dois terços desses rendimentos.

A análise da distribuição dos rendimentos, assim como da ocupação e do desemprego, permite traçar dois perfis quanto à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho da RMPA. De um lado, a situação relativamente mais favorável, que corresponde a maiores taxas de participação, maiores rendimentos relativos e menor propensão ao desemprego, refere-se, em geral, às pessoas do sexo masculino, com idade entre 25 e 39 anos, de cor branca, que ocupam a posição de chefe no domicílio em que residem e com alta escolaridade, em especial os que completaram o 3º grau de ensino. Uma posição particular ocupam os indivíduos com 40 anos e mais — apesar de sua reduzida taxa de participação, apresentam os maiores níveis de rendimento médio e a menor taxa de desemprego total. De outro lado, o mercado de trabalho tende a penalizar relativamente mais os indivíduos do sexo feminino, os jovens entre 10 e 18 anos, os de cor não branca, os que ocupam posições outras que não a de chefe nos seus domicílios de residência e os de baixa ou nenhuma escolaridade. Em geral, esses indivíduos apresentam menor participação no mercado de trabalho, alta propensão ao desemprego e rendimentos comparativamente menores.



Bibliografia

- DEDECCA, Claudio Salvadori (1990). Uma avaliação do desemprego nos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e de Porto Alegre, em 1990. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.13, n.4, p.132-147.
- DEDECCA, Claudio Salvadori (1990a). **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem de Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas: UNICAMP/IE. (Tese de doutorado em economia)
- DEDECCA, Claudio Salvadori, FERREIRA, Sinésio Pires (1989). As taxas de desemprego na PED e na PME: uma comparação. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo: principais resultados**. São Paulo: SEADE/DIEESE, p.B1-B12, abr. (Boletim 52)
- OFFE, Claus, HINRICHS, Karl (1989). A economia política do mercado de trabalho. In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado; transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense. p.19-69.
- TROYANO, Annez Andraus et al. (1985). A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação SEADE/DIEESE. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.1, n.1, p.2-6, jan./fev.
- TROYANO, Annez Andraus et al. (1985a). Pesquisa de emprego e desemprego SEADE/DIEESE: operacionalização dos conceitos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.1, n.2, p.4-13, maio/ago.

Abstract

This article analyses the main characteristics of the labor market in the Metropolitan Area of Porto Alegre - Rio Grande do Sul, in the early 90's, based on data from a monthly regional survey on employment and unemployment (PED-RMPA). Special attention is given to the conditions of occupation, income and unemployment of the labor force.

The main results indicates the poor conditions of the labor force, due to the long economic crisis of the country. Emphasis must be put on the high unemployment rate (13,9% of the Economically Active Population - EAP) as well as on the heterogeneous allocation of the workers in the regional labor market. Even though the majority of workers is engaged as employee (66%), an expressive proportion presents precarious links with the labor market: 15% are self-employed, 5,3% are employees illegally contracted and 5,4% are housekeepers.